

Filosofia

Política,

Educação,

Direito e

Sociedade 6

Atena
Editora

Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 6 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-099-5

DOI 10.22533/at.ed.995190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE - MS	
Pabliane Lemes Macena Novais Cristiane Portela Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.9951904021	
CAPÍTULO 2	13
A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DOCENTE EM GOIÁS	
Kênia Guimarães Furquim Camargo Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida Márcia Campos Moraes Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.9951904022	
CAPÍTULO 3	24
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS PESQUISAS STRICTO SENSU DO BRASIL	
Rayane de Jesus Santos Melo Milena Ross do Nascimento da Silva Mary Cidia Monteiro Sousa Costa	
DOI 10.22533/at.ed.9951904023	
CAPÍTULO 4	37
A HISTÓRIA DA DISCIPLINA DE DIDÁTICA NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “DR. CARDOSO DE ALMEIDA” – BOTUCATU-SP (1953-1975).	
Laiene Okimura Kadena Leonardo Marques Tezza Rosane Michelli de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.9951904024	
CAPÍTULO 5	49
ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Maria Letícia Cautela de Almeida Machado Paula da Silva Vidal Cid Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.9951904025	
CAPÍTULO 6	64
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO CEARÁ: HISTÓRIA, MEMÓRIA E FOTOGRAFIA	
Antonia de Abreu Sousa Elenilce Gomes de Oliveira Maria das Dores Viterbo Pereira Rhayane Hetley Santos de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.9951904026	
CAPÍTULO 7	74
A PRÁTICA DIDÁTICA E PEDAGÓGICA DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	
Nadja Regina Sousa Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.9951904027	

CAPÍTULO 8	80
FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E ENSINO RELIGIOSO: ESCOLARIZAÇÃO FEMININA NA ESCOLA NORMAL RURAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	
Fernanda Batista do Prado Nilce Vieira Campos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9951904028	
CAPÍTULO 9	92
FORMAÇÃO DOCENTE: SABERES E DILEMAS	
Daniela Fernandes Rodrigues Farbênia Kátia Santos de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.9951904029	
CAPÍTULO 10	102
PROFESSORES INICIANTES E SUA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAÇÃO NAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DE UMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE - MS	
Pabliane Lemes Macena Novais Cristiane Portela Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.99519040210	
CAPÍTULO 11	115
A CRIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO TECNOLÓGICO E O DESAFIO ÀS DEMANDAS DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NO AMAZONAS	
Maria do Carmo Ferreira de Andrade Ana Cláudia Ribeiro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.99519040211	
CAPÍTULO 12	126
TECNOLOGIA E PEDAGOGIA NO ENSINO A DISTÂNCIA DE ENGENHARIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE SUCESSO	
Manuel Gradim de Oliveira Gericota André Vaz da Silva Fidalgo Paulo Alexandre Duarte Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.99519040212	
CAPÍTULO 13	135
A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO APOIO PEDAGÓGICO AOS PROFESSORES	
Ricardo Rafaell da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.99519040213	
CAPÍTULO 14	140
TECNOLOGIA NA SALA DE AULA: CONHECENDO OS ENTRAVES	
Mônica Izilda da Silva Adriana Vaz Eféisio Emanuel Marianna Centeno Martins de Gouvêa	
DOI 10.22533/at.ed.99519040214	

CAPÍTULO 15 147

TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Priscilla Aparecida Santana Bittencourt
João Pedro Albino

DOI 10.22533/at.ed.99519040215

CAPÍTULO 16 152

O USO DE VIDEOAULAS COMO FERRAMENTA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM QUÍMICA

Cezar Nonato Bezerra Candeias
Luis Henrique Pereira de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.99519040216

CAPÍTULO 17 162

ADAPTAÇÕES NO USO DOS JOGOS DIDÁTICOS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA EM TURMAS DE 1º E 2º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO MUNICIPAL DE FORTALEZA

Eliziete Nascimento de Menezes

DOI 10.22533/at.ed.99519040217

CAPÍTULO 18 169

ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL NA CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO DIGITAL: UMA PERCEPÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL

Valéria Pinto Freire
Daniel Bramo Nascimento de Carvalho
Luciano Matos Nobre

DOI 10.22533/at.ed.99519040218

CAPÍTULO 19 191

ABORDAGEM METODOLÓGICA DE CHARGES EM LÍNGUA INGLESA EM SALA DE AULA

Ana Kécia da Silva Costa

DOI 10.22533/at.ed.99519040219

CAPÍTULO 20 197

RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO EM PSICOPEDAGOGIA: AS DIFICULDADES DE SE TRABALHAR A EDUCAÇÃO SEXUAL NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Gabriella Rossetti Ferreira
Paulo Rennes de Marçal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.99519040220

CAPÍTULO 21 208

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO TÉCNICO: OLHARES, QUESTIONAMENTOS E CAMINHOS

Denise de Almeida Ostler
Eduardo Calsan

DOI 10.22533/at.ed.99519040221

CAPÍTULO 22 216

INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE NO MESTRADO PROFISSIONAL: CONCEITOS, PRÁTICAS E CAPACIDADES DESENVOLVIDAS SEGUNDO OS MESTRANDOS

Adilene Gonçalves Quaresma

Ari Silva Gobira

Eva Prado

DOI 10.22533/at.ed.99519040222

CAPÍTULO 23 230

LÍNGUA OU LÍNGUAS PORTUGUESAS? A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO NOS PAÍSES LUSÓFONOS

Alexandre António Timbane

Zacarias Alberto Sozinho Quiraque

DOI 10.22533/at.ed.99519040223

CAPÍTULO 24 251

O ENSINO DE QUÍMICA NO 9º ANO DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA SOB A ÓTICA DISCENTE

Amílcar Célio França Pessoa

DOI 10.22533/at.ed.99519040224

CAPÍTULO 25 263

UMA VIVÊNCIA INTERDISCIPLINAR DA HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DO RAP E DA POESIA.

Andrey Soares Pinto

Mariana Aragão de Macêdo

Jéssica Laine Ramos Tavares

DOI 10.22533/at.ed.99519040225

CAPÍTULO 26 268

EDUCAÇÃO EMANCIPADORA X EVASÃO ESCOLAR: entre o utopismo dialético e a distopia atual

Sandro José Costa Rebouças

Catarina Angélica Antunes da Silva

Bruno Chagas Carneiro

Gilson de Sousa Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.99519040226

CAPÍTULO 27 276

AÇÃO EDUCATIVA E REFORMADORA EM PORTUGAL: A PEDAGOGIA DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO

Cássia Regina Dias Pereira

DOI 10.22533/at.ed.99519040227

CAPÍTULO 28 290

APRENDIZAGEM: COMO EDUCADORA E EDUCADOR SOCIAL, O QUE É FUNDAMENTAL SABER SOBRE O TEMA?

Juliana dos Santos Rocha

Marlise Silva Lemos

Tamires Pinto Alves

DOI 10.22533/at.ed.99519040228

CAPÍTULO 29 302

ENSINO DE BIOLOGIA CELULAR NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA UTILIZADOS EM CATALÃO, GOIÁS

Suelen Oliveira
Ana Flávia Vigário

DOI 10.22533/at.ed.99519040229

CAPÍTULO 30 314

REFLEXÕES SOBRE ÉTICA NAS PRÁTICAS ESCOLARES DO ENSINO BÁSICO CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA “PARA/COM” CRIANÇAS

Natalia Barboza Netto

DOI 10.22533/at.ed.99519040230

CAPÍTULO 31 325

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE AS POLITICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: 2013 - 2016

Maria Judivanda da Cunha
Bernardino Galdino de Senna
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
Fábio Alexandre Araujo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.99519040231

CAPÍTULO 32 333

GÊNERO TEXTUAL ORAL DA ESFERA RELIGIOSA: ESTUDO DA PREGAÇÃO

Angélica Prestes Rosas
Letícia Jovelina Storto
Solange Aparecida de Souza Monteiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.99519040232

CAPÍTULO 33 342

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NO PROJETO ESCOLA LABORATÓRIO: DIALÓGOS E APROPRIAÇÕES MEDIADOS PELA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Mayara Broxado Dias
Marise Marçalina de Castro Silva Rosa
Ilana Fernandes da Silva
Natalia Ribeiro Ferreira
Cláudia Andréia dos Santos Cardoso
Vandercléia de Jesus Sousa Martins
Dinair da Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.99519040233

CAPÍTULO 34 349

EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO ESTRATÉGIA PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

Herika Paiva Pontes
Luana de Sousa Oliveira
Rafaela Lima Nascimento
Maria Helena de Agrela Gonçalves Jardim
Geraldo Bezerra da Silva Júnior
Mirna Albuquerque Frota

DOI 10.22533/at.ed.99519040234

CAPÍTULO 35 357

ENSINO APRENDIZAGEM DE FUNÇÃO ATRAVÉS DA METODOLOGIA DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E REPRESENTAÇÕES MÚLTIPLAS

[Jefferson Dagmar Pessoa Brandão](#)

DOI 10.22533/at.ed.99519040235

CAPÍTULO 36 367

UM ESTUDO SOBRE O MATERIAL APOSTILADO NO ENSINO FUNDAMENTAL: NA VISÃO DOS ALUNOS

[Sônia Aparecida Siquelli](#)

[Carlos Eduardo Negrão](#)

DOI 10.22533/at.ed.99519040236

CAPÍTULO 37 376

“EU TROPEÇO, MAS NÃO DESISTO”: CONDIÇÕES MATERIAIS E IMATERIAIS QUE JUSTIFICAM A PERMANÊNCIA DE PROFESSORES DE REDES PÚBLICAS E PRIVADAS NA PROFISSÃO

[Rodnei Pereira](#)

[Luciana Andréa Afonso Sigalla](#)

[Lisandra Marisa Príncipe](#)

DOI 10.22533/at.ed.99519040237

SOBRE A ORGANIZADORA..... 388

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO CEARÁ: HISTÓRIA, MEMÓRIA E FOTOGRAFIA

Antonia de Abreu Sousa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Fortaleza – Ceará

Elenilce Gomes de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Fortaleza – Ceará

Maria das Dores Viterbo Pereira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Fortaleza – Ceará

Rhayane Hetley Santos de Sousa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Fortaleza – Ceará

Edificações, Estradas, Eletrotécnica, Mecânica, Química Industrial, Telecomunicações e Turismo (SIDOU, 1979).

Esta formação, no Ceará, remota ao ano de 1942, governo Vargas, quando foi instituída a Lei Orgânica do Ensino Industrial, por meio do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro. Entre os objetivos da referida Lei, encontra-se a regulação da formação profissional para a indústria; estabelecimento das bases de organização e o regime do ensino industrial em caráter de segundo grau; destinado à preparação profissional de trabalhadores que iriam atuar nas “modernas” indústrias, nascentes no Brasil (CUNHA, 2000).

A caracterização marcante desta época foi o empenho do Governo brasileiro em constituir uma rede de ensino para a formação de mão de obra qualificada para o setor produtivo. De acordo com a Lei Orgânica, o ensino industrial deveria atender a três interesses: do trabalhador, no que tange a sua preparação profissional e sua formação humana; das empresas, ofertando a mão de obra qualificada e suficiente para atender as necessidades crescentes da indústria; e do País, propiciando o desenvolvimento econômico e cultural, que tanto necessitava. (CUNHA, 2000).

Assim a Lei Orgânica do Ensino Industrial

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de pesquisa em desenvolvimento abordando a história e a memória da formação profissional técnica, por meio da fotografia, com fulcro nos arquivos fotográficos da Escola Técnica Federal do Ceará – ETFCE.

Criada pela Portaria Ministerial nº 331, de 06 de junho de 1968, durante o governo do Marechal Artur da Costa e Silva, a ETFCE ofertou cursos técnicos de nível médio em

definia que os ofícios e técnicas deveriam ser ensinados, nos cursos de formação profissional, de maneira que integrasse execução prática e conhecimentos teóricos, devendo sempre o ensino prático e teórico se apoiar, salvaguardando a especialização prematura ou excessiva. Estipulou também os tipos de estabelecimentos destinados ao ensino industrial, formando uma rede dividida em escolas técnicas, escolas industriais, escolas artesanais e escolas de aprendizagem. (BRASIL, 1942a).

Foi, porém, o Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, originário do governo do Presidente da República, Nilo Peçanha, com a publicação do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou 19 escolas de aprendizes artífices, uma em cada capital dos estados brasileiros, instituindo as escolas técnicas e as escolas industriais federais no País (BRASIL, 1942b).

No limiar dos anos de 1960, a seara dos serviços também crescia, ensejando a ampliação de setores beneficiados com a formação técnica, o que se concretizou com a assinatura do Decreto-Lei nº 47.038, de 1959. Com efeito, suprimiu-se o termo relativo à indústria na nomenclatura dessas instituições. Outra alteração importante refere-se ao nível da gestão, pois obtiveram estatuto de autarquias com autonomia didática e direção.

No intervalo dos 1960 até 1980, as escolas técnicas federais experimentaram significativo crescimento em suas matrículas, ao mesmo tempo em que ampliavam e diversificavam progressivamente a oferta educacional para a formação de técnicos de nível médio.

Pesquisar esta trajetória da ETFCE (1968 até 1999), por meio de imagens fotográficas implica o cotejamento do período inicial da industrialização, passando pela ditadura civil-militar e redemocratização, até a substituição desse modelo de desenvolvimento do Brasil.

2 | A FOTOGRAFIA COMO FONTE DE HISTÓRIA

A utilização da imagem, pela fotografia, como documento histórico, é desafiadora e muito inquietante para a pesquisa em educação. Como fonte documental, como um meio de conhecimento do mundo, guardião da memória e elo de coesão de identidades, representação da realidade, elemento fundamental das artes visuais ou produção cultural advinda do trabalho humano, a imagem participa de um universo sedutor e ambíguo de onde podem ser apreendidos múltiplos significados. (KOSSOY, 1980).

De acordo com Kossoy (1980), a pesquisa histórica arrimada na imagem fotográfica pode ser mais expressiva do que muitos documentos escritos, pois têm poder de persuasão, podendo ser superior, e, em muitos contextos, mais eficiente do que o relato escrito. A fotografia chama lembranças, memórias, emoções e muitas informações, constituindo, portanto, registro e memória visual que representa a imagem

efêmera dos homens e das organizações sociais.

Como registro visual e material, a fotografia é expressa como fonte e documento privilegiado para uma aproximação entre fragmentos do tempo histórico, permitindo a perpetuação de um momento difícil de ser recobrado com precisão, sobretudo, porém, ao pesquisador observar que ela não é apenas um complemento da informação oral ou escrita. Uma imagem fotografada possui informação da realidade registrada e, igualmente, historicizada.

A fotografia, entretanto, como as demais fontes historiográficas, não é a representação fiel dos acontecimentos, muito menos testemunha isolada; não é explicativa por si mesma, mas poderá ser confirmadora de transformações ocorridas no curso de períodos históricos. “O papel da fotografia é conservar o traço do passado ou auxiliar as ciências em seu esforço para uma melhor apresentação da realidade do mundo”. (DUBOIS, 2009, p.30). Assim, nesta investigação, a peça fotográfica é um instrumento de representação e apreensão de determinada realidade e aproximação afetiva com o lugar registrado pela máquina.

As análises das fotografias consideram os elementos inerentes às marcas da temporalidade e da historicidade – expressão e conteúdo; tempo e espaço; percepção e interpretação, bem como a comparação das fotos com outras imagens; identificação da história da fotografia, incluindo as limitações e convenções tecnológicas; observação do objeto fotografado e suas relações entre si; revisão das evidências históricas relacionadas às técnicas fotográficas (BURKE, 2004).

A fotografia, analisada com o auxílio de outras fontes históricas permite muitas reflexões sobre as intervenções humanas nos espaços sociais, as realizações materiais e culturais, o que possibilita a expressão do imaginário social, político e econômico das pessoas pertencentes ao contexto observado, consentindo a divulgação e preservação da memória cultural de uma sociedade. Nesta perspectiva, a fotografia, como registro dos acontecimentos – ao contrário de apontar para um passado inacessível – é potencialmente histórica e carrega os sinais e rastros do seu tempo (STAMATTO, 2009).

A esse respeito, vale ressaltar que a realidade contida na imagem fotográfica não expressa apenas a imagem estática dos fatos sociais. Ela não se faz em abstrato, pois ocorre sempre entre seres ou fenômenos relacionados, situados em um tempo e espaço determinados, daí a necessidade de entender o contexto social, econômico e político do Brasil, para que fossem criadas as instituições de formação para o trabalho no âmbito do Estado (STAMATTO, 2009).

3 | A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL: APARATO LEGAL E CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

É olhando para o Brasil de meados dos anos 1950, na contextura do

desenvolvimento industrial, início da internacionalização da economia, com intensa marca do papel do Estado no processo de modernização, particularmente nas áreas de infraestrutura e energia, que se encontra o cuidado com a formação do técnico de nível médio para o País. O Plano de Metas do Governo Kubitschek (1956-61) evidenciou a passagem definitiva do País à condição de industrializada e de sociedade urbana (CUNHA, 2000). Nesse período, a formação profissional pública e gratuita ampliou-se com o surgimento de ginásios industriais, centros de educação técnica e programas de preparação de mão de obra industrial.

O esgotamento econômico-político da versão democrática do desenvolvimentismo consumou-se com o golpe civil-militar de 1964, que aprofundou a versão de modernização conservadora, sob formato autoritário ditatorial, ao estabelecer a chamada Tríplice Aliança entre Estado, Capital Internacional e Capital Nacional (como sócio minoritário).

No período do chamado “Milagre Econômico” (1968-74), cresceu a contratação de trabalhadores qualificados, sobretudo com a criação do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (PNDE), em 1971, que priorizou investimentos em transportes, petroquímica e comunicações. Esse desenvolvimento, com efeito, reverberou na corrida pela massificação da formação profissional técnica, sobretudo mediante Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que tornou obrigatório este ensino no 2º grau, deixando inalterada a associação da fundamentação científica do conhecimento e aplicação da técnica.

No II PNDE, para o período 1975-79, em uma realidade de crise econômica, a tentativa de superação dos limites do modelo implantado pós-64 – cuja modernização se deu com o endividamento externo e a concentração de renda – já trazia o esgotamento da dramática administração dos militares para o País. O II Plano visava a configurar e articular um modelo de desenvolvimento de capitalismo industrial, apesar dos custos das importações, os problemas com o petróleo, a dívida externa e as restrições do mercado interno, mas que exigia ainda, em algum grau, a rearticulação da formação profissional técnica de nível.

As escolas técnicas federais participaram da resolução dos problemas da formação de mão de obra especializada e lograram expressivo crescimento em suas matrículas e reconhecimento pela sua excelência. Essas escolas acumularam experiências exitosas durante várias décadas, percorrendo todo o período da ditadura civil-militar e ainda experimentando e se adequando à redemocratização do Estado brasileiro.

As políticas neoliberais implementadas pelo Governo federal, sobretudo no final dos anos de 1990, repercutiram, infelizmente, na infraestrutura e na estruturação curricular do ensino técnico integrado ao ensino médio cuja oferta foi proibida nestas instituições. Essas medidas prejudicaram, sobremaneira, as finalidades dessas escolas que surgiram já consolidadas, tanto no aspecto da gestão – autarquia – quanto de estrutura curricular – união da cultura e iniciação técnica, conforme estabelecido nas

finalidades desse ensino:

a) proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam aos educandos integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos; b) preparar o educando para o exercício de atividade especializada, de nível médio. (BRASIL, 1959, p. 03).

O *status* de excelência de formação contribuiu, de qualquer modo, para a verticalização dos seus cursos, o que ocorreu somente em 1999, com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET e, posteriormente, em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

4 | ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO CEARÁ: ELEMENTOS PARA COMPREENDER SUA HISTÓRIA

A ETFCE teve origem na antiga Escola de Aprendizes Artífices, criada em 1909. Instalada no Centro da Capital cearense, registrou, desde os seus primeiros anos de existência, números significativos de alunos matriculados nos Cursos Primário e de Desenho, e nas Oficinas de Sapataria, Tipografia e Encadernação, Marcenaria e Carpintaria, Chapelaria, Ferraria, Serralharia e Mecânica, e Alfaiataria (SIDOU, 1979).

Nesta instituição, o currículo era formatado como Curso Primário e definia o estudo dos conteúdos Gramática da Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História Pátria, Educação Moral e Cívica, complementado com o ensino de Desenho Industrial, Geométrico e Ornamental, e daí sua denominação “Curso Primário e de Desenho”.

De acordo com Kuenzer (1991, pp. 6-7), o desenvolvimento industrial brasileiro nos primórdios do século XX “(...) era extremamente desigual, localizando-se basicamente no centro e sul, particularmente em São Paulo” o que “(...) significa que a maioria das escolas de aprendizes artífices localizou-se em estados onde praticamente não existiam indústrias”. É importante observar, todavia, que mais relevante do que a preocupação com as necessidades da economia, o que levou a necessidade e justificou a criação dessas instituições, de formação para o trabalho, foi a preocupação do Estado em oferecer algumas possibilidades de inserção no mercado laboral aos jovens provenientes das classes pobres da sociedade brasileira.

Fonseca (1986) assevera que, nos primeiros anos de existência, as escolas de aprendizes artífices funcionaram em prédios inadequados e com oficinas por demais precárias. Vale ressaltar, ainda, que havia enorme carência de professores e mestres especializados e os alunos, eram geralmente órfãos, sem moradia nem comida, tidos como “desfavorecidos da fortuna”, e de baixo nível cultural. Dos 2118 matriculados no ano letivo de 1910, foram 1248 os que frequentaram as 19 escolas. (pp. 182-183). Segundo dados oferecidos por Cunha (2000, pp. 92-93), as matrículas no primeiro ano de funcionamento foram de 128 alunos na Escola do Ceará que, somadas às dos demais estados, totalizaram 1982 estudantes nos cursos diurnos.

A Escola de Aprendizes Artífices do Ceará foi instalada, inicialmente, em 24 de

maio de 1924, por força do Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que a criou. Definiu como prédio para abrigá-la, a Escola de Aprendizes Marinheiros; transferiu-se depois para o imóvel que abrigava a Milícia Estadual do Ceará, na atual Praça José de Alencar; transferiu-se para a Praça dos Voluntários, no centro da Cidade, ocupando o prédio deixado pelo Colégio Liceu do Ceará. Foi nesse período, exatamente em 13 de janeiro de 1937, que a Lei nº 378 determinou para a Instituição a denominação de Liceu Industrial de Fortaleza. Em 1940, essa escola foi transferida para a Rua 24 de Maio, 230, onde funcionava a Sede Beneficente da Rede de Viação Cearense. No ano seguinte, em 28 de agosto, o Ministro da Educação e Saúde modificou o nome do Liceu Industrial de Fortaleza para Liceu Industrial do Ceará. Em 25 de fevereiro de 1942, recebeu a designação de Escola Industrial de Fortaleza, mediante Decreto nº 4.121. (SIDOU, 1979).

Cabe ressaltar o fato de que estas instituições foram mudando seu perfil e a Escola de Aprendizes Artífices do Ceará, como as demais dezoito, em virtude da implementação da indústria de base nacional, começavam a mostrar significativo crescimento, o que ensejava a criação de cursos, contratação e formação de professores e a ampliação das oficinas, motivo mais do que suficiente para um prédio maior e mais bem adequado às finalidades de uma escola. Tal fato, entretanto, demorou muito e somente nos anos de 1940, foi doado um terreno para instalação de prédio próprio, que seria construído com recursos da União, levando cerca de 10 (dez) anos para ser concluído.

Os anos de 1940 foram decisivos para a industrialização brasileira, pois, com a eclosão da Segunda Grande Guerra Mundial, o País teve que investir intensivamente na indústria de base. Com esse objetivo, foram modernizadas as escolas da rede federal, mediante introdução de equipamentos e a fixação da sede em prédios definitivos, construídos em conformidade com os fins a que se destinavam (CUNHA, 2000).

A industrialização do Ceará, no entanto, era uma possibilidade, ainda, muito longínqua. A construção do prédio levou mais de uma década. Apesar do prazo improrrogável de um ano, acertado na doação do terreno, somente em 1952, a Escola Industrial de Fortaleza passou a funcionar no prédio da avenida 13 de Maio, 2081 (no bairro do Benfica), edificada, exclusivamente, para a finalidade de formação profissional. Encontra-se instalada até os dias atuais. Nos anos de 1960 ajustes foram realizados na esfera administrativa, doravante passou a denominar-se Escola Industrial Federal do Ceará, por meio da Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965. Transcorridos três anos, outra alteração substituiu essa designação por Escola Técnica Federal do Ceará, por intermédio da Portaria Ministerial nº 331, de 6 de junho de 1968 (SIDOU, 1979).

As escolas técnicas, de modo geral, e a ETFCE, em particular, remetem à profissionalização de um grupo especificamente constituído por jovens pobres, bem como órfãos, supostamente carentes de regras de conduta – obediência, humildade, quietude, cumprimento de horário, responsabilidade no cumprimento de tarefas, contingenciamento das emoções, prontidão para escutar – requeridas para o trabalho

industrial.

Nesse desiderato, sobressai a formação para o cultivo desses comportamentos, constituídos e reforçados nas diversas atividades educativas, como denotado na imagem abaixo.



Figura 1 – Comemoração da “Revolução” de 1964, na ETFCE.

Fonte: IFCE, autor desconhecido, 2017

Nesse momento destinado à solenidade, o respeito à autoridade, o disciplinamento, a rigidez dos corpos e o contingenciamento das emoções dos estudantes comparam-se a soldados em posição de sentinela, hipnotizados e extasiados pelo simbolismo do hasteamento da bandeira pelas autoridades.

No cotidiano escolar da Escola Técnica, a sujeição e a perfeição constituem elementos relevantes na matriz do currículo oculto. Na imagem da sala de aula, abaixo, estão distribuídos corpos enfileirados e linearmente posicionados uns atrás dos outros, todos sentados, com envergadura aproximada de 45° da coluna vertebral às pernas.



Figura 2 – Alunos em avaliação na ETFCE/1975.

Fonte: IFCE, autor desconhecido, 2017.

É digno de nota o fato de as cadeiras ligarem-se de maneira contínua e de um ponto extremo a outro, garantindo o perfeito distanciamento entre os estudantes, auxiliado pelos artifícios da ergonomia. Vale destacar, ainda, a vigilância aos estudantes efetuada pela única pessoa, de pé, empenhada na identificação da cola – artimanha desonesta de obtenção da resposta de prova respondida por outro discente.

Outros achados fotográficos indicam o acento na educação bancária,

caracterizada pela transmissão do conhecimento por intermédio de autoridade no assunto, a ser reproduzido fielmente pelo estudante. Dessa maneira, a atenção, o silêncio e memorização ganham ressaltos.



Figura 3 – Estudantes em cabines de laboratório de línguas

Fonte: IFCE, autor desconhecido, 2017.

Olhos atentos e direcionados para um elemento de convergência – o professor, a única fonte a jorrar saber a ser servida ao estudante. Este, ávido pela escuta, sabe da impossibilidade de nova oportunidade se perdida esta chance mnemônica. Fones nos ouvidos, isolamento em cabines, estado de alerta visando ao domínio da língua estrangeira sem se darem conta do aprisionamento, tanto da criatividade quanto dos próprios corpos.

A fachada da escola também denota atmosfera ordeira, silenciosa, tal qual o encontrado em seu interior.



Figura 4 – Fachada da ETFCE/1978.

Fonte: IFCE, autor desconhecido, 2017.

A fotografia, luminuras do passado, congela a realidade com suas contradições. Nessa imagem, de um lado, mantém-se o currículo oculto ordeiro, em que os sentimentos continuam em estado de contenção, e, de outro, a faixa carregando o peso de 83 anos de peleja pela educação. É notório o desgaste predial da escola, indicando dificuldades administrativo-financeiras. A foto colorida indica tratar-se dos últimos anos da Escola Técnica.



Figura 5 – Solenidade na entrada do hall de auditório ETFCE

Fonte: IFCE, autor desconhecido, 2017.

Valeressaltarqueaslinguagenscontestatóriasnão se expressaram exclusivamente na luta pela formação profissional, mas espriaram-se, afetando o comportamento disciplinado e ordeiro predominante, transformando-se descontinuamente em transgressões. Com efeito, merecem destaque os escritos em muro da Escola, indicativo de escassez de espaços em que os estudantes (e profissionais?) fossem escutados e suas vozes ressoassem.



Figura 6 – Palavras de ordem escritas no muro da ETFCE.

Fonte: IFCE, autor desconhecido, 2017.

O desgaste do muro e a poda não realizada fornecem indicativos de um tempo em que a curva do investimento em formação profissional técnica de nível médio teve sua trajetória descendente, acompanhando *pari passu* o ocorrido com o modelo de desenvolvimento industrial produtivo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de imagens não se esgota em si, pois a fotografia constitui indicativo de uma realidade anterior. Neste desiderato, o estudo da sua contextualização faz-se necessário. Ler fotografias é olhar novamente a realidade, identificando mensagens, evidenciando ausências, ultrapassando, dessa maneira, os documentos escritos.

Neste sentido, explicita-se a relação imbricada da Escola **Técnica** Federal com o industrialismo e ocupação dos pobres, ao passo que se encontram submersos os controles da vigilância da ociosidade, da negligência, da insolência, da incompetência. Esses controles são fundamentais ao poder disciplinar, retroalimentando hábitos,

atitudes e modos de pensar e de viver.

A memória da Escola **Técnica** Federal do Ceará, por meio das fotografias, evidenciou **nuanças** da formação comprometida com a mais-valia relativa, ou seja, com o melhor proveito de horas de trabalho, com ressaltos na atenção, obediência, ordem, precisão, pontualidade e contenção emotiva e corporal acentuadas no período do golpe civil-militar. Essa formação se fragilizou, direta e proporcionalmente, ao declínio desse período. Os gritos por liberdade política ecoaram, de certa maneira, nos muros da ETFCE, por meio de atitude contestatória e transgressora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1942, 121º da Independência e 54º da República. **Publicado na CLBR**, de 31.12.1942a.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1942, 121º da Independência e 54º da República. **Publicado no Diário Oficial da União** – Seção 1 - 27/2/1942b.

BRASIL. Decreto-Lei nº 47.038, de 16 de outubro de 1959. Aprova o Regulamento do Ensino Industrial. 138º da Independência e 71º da República. Publicado no **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 23/10/1959.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular. História e Imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CUNHA, Luiz Antonio. **O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo**. São Paulo: Ed. UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papyrus, 2009.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. v. 1.

IFCE. **Arquivos fotográficos**. Fortaleza, 2017.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e Trabalho no Brasil: o estado da questão**. Brasília: INEP, 1991.

KOSSOY, Boris. **A fotografia como fonte histórica: Introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado**. São Paulo, SICCT, 1980.

SIDOU, Paulo Maria Othon. **Incursão no passado da Escola Técnica Federal do Ceará**. Fortaleza: ETF/CE, 1979.

STAMATTO, Maria Inês S. A fotografia em pesquisas históricas. In: ANDRADE, João Maria Valença; STAMATTO, Maria Inês S. (Orgs.) **História ensinada e a escrita da história**. Natal-RN: EDUFRN, 2009.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-099-5

